

Estatutos do Banco Commercial do Rio de Janeiro

COMPREHENDIDAS AS REFORMAS VOTADAS EM ASSEMBLÉAS GERAES
EXTRAORDINARIAS DE 18 DE AGOSTO DE 1886 E 29 DE FEVEREIRO
DE 1888

Decreto n. 8874, de 14 de janeiro de 1882 — Approva, com a modificação abaixo indicarla, as alterações ultimamente feitas nos estatutos do Banco Commercial do Rio de Janeiro

Attendendo ao que me requereu o conselho director do Banco Commercial do Rio de Janeiro, e tendo ouvido a Secção de Fazenda do Conselho de Estado, hei por bem, de conformidade com a minha imperial resolução de 24 de dezembro proximo passado, approvar as alterações ultimamente feitas nos estatutos do mesmo Banco, supprimindo-se, porém, na do art. 10 as palavras —sem responsabilidade do Banco. (*)

José Antonio Saraiva, do meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do

(*) Esta suppressão já foi attendida no corpo dos estatutos.

Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de janeiro de 1882, 61º da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador. — *José Antonio Saraiva.*

TÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO E FINS DO BANCO

SECÇÃO

Da constituição do Banco

Art. 1.º O Banco Commercial do Rio de Janeiro, companhia anonyma, que tem operado e continúa a operar nesta praça e naquella em que estabelecer caixas filiaes ou agencias, e de depósitos, descontos e empréstimos garantidos por cauções e por hypothecas a curto prazo, de prédios urbanos sitos na cidade do Rio de Janeiro, dentro dos limites marcados, além das demais operações adeante designadas.

Sua duração será de 40 annos, contados da data do decreto imperial, que approvou estes estatutos; não podendo, por isso, ser dissolvido antes, além dos casos declarados na lei, sinão por perdas que importem em mais de metade de seu capital realzado.

Art. 2.º O fundo social do Banco é de 10.000:000\$ divididos em 50.000 acções de 200\$, com todo o capital realzado; ficando o conselho director, ouvida a commissão fiscal, autorizado a elevá-lo a 20.000:000\$, como e quando melhor entender, observando-se as disposições da lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882, na parte applicavel.

Art. 3.º A transferencia das acções será feita nos registros do Banco, ou de suas filiaes, e agencias no Imperio ou no estrangeiro por termo assignado pelos contractantes ou por seus legitimos procuradores, munidos de sufficientes poderes.

Enquanto não for realzado todo o valor das acções, nenhuma transferencia se fará, sem prévia approvação da administração do Banco.

§ 1.º O conselho director poderá, quando o entender, facultar aos accionistas a conversão das acções que possuirem, no todo ou em parte, em títulos de acções por endosso ou ao portador, de conformidade com a referida lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882, na parte applicavel.

§ 2.º Os possuidores destas acções, para poderem fazer parte das assembleas geraes, depositarão no Banco os respectivos títulos, dez dias, pelo menos, antes da reunião.

Art. 4.º O importe das acções será realzado em prestações, nunca inferior a 5 % do seu valor nominal, com intervallo não

menor de 60 dias e precedendo sempre annuncios com anticipação de 15 dias, pelo menos.

Art. 5.º Os accionistas são responsaveis pelo valor das acções que lhes forem distribuidas, e os que não realizarem o pagamento de qualquer chamada do capital no prazo fixado, perderão, em beneficio do Banco, as prestações que houverem anteriormente effectuado; salvo, contudo, casos de força maior, e os em que se derem circumstancias attendiveis a juízo da administração do Banco, recebendo, porém, este o juro da mora na razão da taxa de seus emprestimos pelo menos.

A administração disporá opportunamente das acções que cahirem em commissão, e qualquer premio se applicará ao fundo de reserva.

Art. 6.º Todos os semestres, dos lucros líquidos do Banco, relativos ás operações respectivas a cada um, que a administração resolver sejam distribuidos, se deduzirá de 6 a 10 % para fundo de reserva, fazendo-se do restante dividendo aos accionistas, o qual não excederá de 12 % ao anno, devendo qualquer sobra ser conservada sob o titulo de lucros suspensos enquanto sua importancia, com a do fundo de reserva, não attingir á quinta parte do capital realizado, depois do que se poderá dividir todos os lucros.

Não se distribuirá dividendo enquanto se der desfalque no capital realizado.

Art. 7.º O fundo de reserva, formado segundo a disposição do artigo antecedente, é exclusivamente destinado para opportunamente fazer face ás perdas do capital social, antes do que poderá no todo ou em parte ser empregado em titulos da divida publica interna ou externa do Imperio, em *debentures* de companhias, letras hypothecarias, ou quaesquer outros titulos de credito reputados de solida garantia.

Art. 8.º O anno bancario decorre do 1.º de julho a 30 de junho do anno seguinte, devendo, portanto, os dividendos semestraes ser pagos nos primeiros 15 dias de janeiro e julho de cada anno.

SECÇÃO II

Das operações do Banco

Art. 9.º O Banco poderá:

§ 1.º Descontar letras de cambio, da terra e outros titulos commerciaes á ordem e com prazo fixo pagaveis na cidade do Rio de Janeiro, garantidos por mais de uma assignatura de pessoas notoriamente abonadas, sendo, pelo menos, uma dellas residente na mesma cidade; e bem assim escriptos das Alfandegas, bilhetes do Thesouro, letras das thesourarias provinciaes, de bancos e companhias conceituadas, estabelecidas nesta praça, e notas promissorias, sendo para estas necessaria a approvação plena do conselho director.

§ 2.º Encarregar-se, por comissão, da compra e venda de metaes preciosos, de apolices da divida publica e de quaesquer outros titulos, de administrar propriedades e da cobrança de dividendos, letras, titulos e outras quaesquer vendas.

§ 3.º Receber em conta corrente as sommas que lhe forem entregues por particulares ou estabelecimentos publicos, e até sua importancia pagar as quantias de que dispuzerem, conforme for convencionado.

§ 4.º Tomar dinheiro a premio por meio de contas correntes ou passando letras com os prazos e condições que a administração previamente estabelecer; não podendo, porém, o prazo ser menor de 30 dias.

A importancia destes depositos será sempre empregada em operações commerciaes realizaveis em seus vencimentos e a prazo nunca maior de seis mezes, ou em empréstimos sob caução de titulos e valores de prompta realização.

§ 5.º Comprar e vender por conta propria metaes preciosos, e bem assim comprar, vender e subscrever titulos da divida publica, interna ou externa do Imperio, acções e titulos de companhias e empresas, letras hypothecarias e obrigações de preferencia, *debentures*.

§ 6.º Fazer empréstimos sob penhor de ouro, prata ou diamantes, de apolices da divida publica geral e provincial, titulos e acções de companhias e empresas acreditadas que tenham cotação real e, pelo menos, metade do capital realizado, bem como sob letras hypothecarias e obrigações de preferencia, *debentures*, de titulos particulares que representem legitimas transacções commerciaes e de mercadorias não sujeitas a corrupção, depositadas nas Alfandegas e armazens alfandegados ou particulares.

A importancia dos titulos descontados em que houver uma só firma residente na cidade do Rio de Janeiro, a das notas promissorias, a de acções, letras hypothecarias e titulos de preferencia comprados de outras companhias e empresas, não excederá a metade do capital realizado do Banco, nem a quarta parte os empréstimos a curto prazo sob hypothecas de predios urbanos sitos na cidade do Rio de Janeiro.

§ 7.º Mediante contractos escriptos, abrir contas correntes de movimento de fundos e empréstimos a bancos, companhias, firmas sociaes e particulares, sob deposito de dinheiro, de titulos e valores descontaveis pelo Banco, ou que estejam no caso de ser por elle admittidos como caução de empréstimos, e bem assim sob idonea fiança mercantil.

O Banco não póde emprestar sob penhor de suas acções, nem descontar letras suas provenientes de dinheiro que receber a premio, sendo-lhe tollyda licito admittil-as em transacções com o proprio estabelecimento ou nas que intervier por conta de terceiros.

Exceptuadas as operações garantidas por caução de ouro, prata e apolices da divida publica interna e externa do Imperio, de conformidade com a disposição do art. 14, não se confiará a

nenhuma firma, não cadastrada, mais de 50:000\$, salvo deliberação especial do conselho.

§ 8.º Fazer movimento de fundos por conta própria e de terceiros, de umas para outras praças do Imperio e estrangeiras por meio de operações de cambio, remessas monetarias ou de fundos publicos, nacionaes ou estrangeiros, podendo estabelecer, por conta do Banco, caixas filiaes ou agencias, nas mesmas praças, afim de effectuar-se as referidas operações ou outras quaesquer de credito, industriaes ou commerciaes, promovendo a fundação de emprezas e companhias, e contractos sobre operações financeiras nas praças do Imperio e nas do estrangeiro.

§ 9.º Conceder cartas de credito sob idonea fiança mercantil ou caução de valores acceptaveis; isto é, dos que o Banco pôde admittir em suas operações.

§ 10. Caucionar no paiz ou em outra qualquer praça estrangeira, titulos e valores para garantia especial de seus saques, ou para outra qualquer operação de credito, bem como caucionar ou redescantar titulos de sua carteira, quando entender conveniente, com ou sem endosso do Banco.

§ 11. Receber em deposito voluntario titulos de credito, dinheiro, pedras preciosas, moedas, joias, ouro e prata, de que receberá um premio em proporção do valor dos objectos depositados.

§ 12. O Banco fica autorizado a contrahir empréstimos por via de obrigações (*debentures*) ao portador, observando para este fim as disposições da lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882, na parte que lhe for applicavel.

Art. 10. Nos titulos commerciaes que se descontarem ou que forem admittidos como garantia de empréstimos ao Banco, não se contarão as firmas dos membros do conselho, nem de seus socios ostensivos.

Não serão admittidos nas operações do Banco letras e quaesquer titulos de individuos ou firmas que tiverem fallido antes de sua legal e completa reabilitação; e em nenhum caso, os de firma que tiver praticado para com o Banco actos de má fé ou mesmo de deslealdade mercantil.

Assim mais, não serão admittidos como cauções, titulos ou acções de companhias e emprezas, cujo capital não esteja, pelo menos, metade realizado, sendo, porém, licito recebê-los excepcionalmente em pagamento ou reforço de garantia temporariamente, si attendidas circumstancias isso aconselharem; devendo-se, porém, aproveitar qualquer ensejo favoravel para dispôr desses titulos.

Art. 11. Nos empréstimos, além do penhor recebido, aceitará o mutuario letras do Banco até ao prazo de oito mezes; e os que se fizerem por meio de contas correntes, serão liquidados quando o conselho resolver, não havendo prazo fixo expressado.

Art. 12. Si o penhor constar de apolices e acções de companhias, serão previamente transferidas ao Banco, salvo a disposição do § 9º do art. 9º constante do 2º periodo, e, si em outros objectos, o mutuario autorisará por escripto o Banco

para alhear ou negociar o penhor pelo meio que entender melhor, si a divida que garantir não for paga em seu vencimento.

Si o penhor for em mercadorias, serão estas previamente seguras, sempre que isto for possível, e avaliadas por um ou mais corretores, indicados pelo conselho.

Art. 13. Si o conselho resolver que a venda do penhor se faça em leilão mercantil, será este precedido de annuncios por tres dias consecutivos, tendo, porém, o dono do penhor o direito de resgatal-o até começar o leilão, pagando o que dever e as despesas que tiver occasionado.

Realizada a venda em leilão e liquidada a divida com todas as despesas, juros e commissão de 2 %, o saldo, si o houver, será entregue a quem de direito pertencer, e enquanto existir no Banco não vencerá juro algum.

Art. 14. No valor real de cada objecto que for admittido como penhor se fará um abatimento razoavel que garanta o Banco de prejuizos provenientes da baixa desse valor no mercado.

TITULO II

DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO BANCO

SECÇÃO I

Da assembléa geral do Banco

Art. 15. A assembléa geral do Banco se comporá dos accionistas que possuirem vinte e mais acções, uma vez que a posse dellas seja anterior de quatro mezes, pelo menos, ao dia fixado para a reunião da mesma assembléa.

Art. 16. A assembléa geral julgar-se-ha legalmente constituida para deliberar sobre tudo quanto for da sua competencia, achando-se reunidos accionistas, que representem, pelo menos, um quarto do capital realzado, excepto quando se tratar da reforma dos estatutos, ou da liquidação do Banco, acerca das quaes nada se poderá resolver, sem estar em representados dous terços, pelo menos, do mesmo capital.

Si, porém, nos dias designados para as reuniões não comparecer numero sufficiente de accionistas que represente o capital acima exigido, far-se-hão novas convocações, observando-se as disposições do art. 15, §§ 3º e 4º, da lei de 4 de novembro de 1882.

Todos os accionistas poderão assistir aos trabalhos da assembléa geral.

Art. 17. A assembléa geral será presidida pelo presidente do Banco, e servirão de secretarios dous accionistas que forem para isto convidados pelo presidente.

Art. 18. Todos os annos até 31 de agosto, no dia que for fixado pelo conselho, se reunirá a assembléa geral para lhe ser apresentado o relatório annual da administração do Banco, acompanhado do balanço geral, conta de lucros e perdas e parecer da commissão fiscal.

Art. 19. A assembléa geral se reunirá extraordinariamente :

§ 1.º Quando for pedida sua convocação por sete ou mais accionistas cujas acções importem, pelo menos, em um quinto do capital realizado do Banco.

§ 2.º Quando o conselho a julgar necessaria, não podendo nessas reuniões tratar sinão do objecto para que for convocada.

A convocação ordinaria ou extraordinaria se fará por edital publicado nos jornaes tres vezes consecutivas e 15 dias antes do fixado para a reunião.

Art. 20. A votação da assembléa geral será assim regulada :

Nas assembléas geraes cada 20 acções dá direito a um voto, e assim progressivamente, fazendo-se o calculo sobre o numero de acções que o accionista possuir ou representar.

Podem votar na assembléa geral os tutores por seus pupillos, os maridos por suas mulheres, um dos socios pela firma, os prepostos de corporações e os procuradores, sendo accionistas, uma vez que os representados estejam no caso de fazer parte da assembléa geral.

A votação (exceptuada sobre eleições) poderá ser symbolica, enquanto não for reclamada a de escrutinio.

Art. 21. Nenhum accionista poderá votar ou ser votado, salvo a eventualidade prevista no art. 28 e da eleição do conselho fiscal, si a posse de suas acções não for anterior, pelo menos, quatro mezes ao dia da reunião da assembléa geral.

Art. 22. Compete á assembléa geral :

§ 1.º Alterar ou reformar os estatutos do Banco.

§ 2.º Approvar com ou sem alterações o regulamento interno.

§ 3.º Julgar as contas annuaes.

§ 4.º Nomear os membros do conselho e da commissão fiscal.

§ 5.º Resolver sobre qualquer objecto para que for convocada pelo conselho, dentro dos limites de sua competencia.

SECÇÃO II

Da administração geral do Banco

Art. 23. O Banco será administrado por um conselho composto de tres membros, dentre os quaes serão por elle eleitos o presidente e vice-presidente do Banco.

O vice-presidente substitue em tudo o presidente em seus impedimentos ; e, na falta de ambos, fará as vezes de presidente o secretario do conselho.

Art. 24. Os membros do conselho serão eleitos pela assembléa geral dentre os accionistas de 100 ou mais acções,

por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos, e quando não haja esta no primeiro escrutínio se procederá a segundo entre os candidatos mais votados em numero duplo dos que tiverem de ser eleitos, prevalecendo a maioria apurada neste e decidindo a sorte no caso de empate.

Art. 25. Não podem servir conjunctamente no conselho, pae e filho, sogro e genro, cunhados, enquanto durar o cunhadio, os parentes até ao segundo grão, e os socios de firmas commerciaes, nem eleitos os credores pignoratícios, que possuirem acções, e os impedidos de legalmente negociar; não se contando por isso na apuração do escrutínio, por nullos, os votos dados aos que estiverem nestas circumstancias.

Art. 26. O conselho poderá nomear um ou mais gerentes, para melhor ordem, uniformidade e promptidão no expediente dos negocios do Banco, fixando suas attribuições e deveres em disposições especiaes; e enquanto não forem nomeados, ou nos seus impedimentos, poderão suas attribuições ser exercidas pelos empregados que o conselho designar.

Os gerentes não poderão negociar por conta propria enquanto exercerem este cargo.

Art. 27. Os membros do conselho serão substituidos biennalmente pela terça parte, podendo, porém, ser reeleitos.

Art. 28. Vagando algum logar de membro do conselho, este o preencherá nomeando para esse fim accionista que tenha a necessaria qualificação; e esse nomeado exercerá o dito cargo até a primeira reunião da assemblea geral que o preencherá definitivamente; e o director assim eleito exercerá o dito cargo por todo o tempo que exerceria o a quem substituir.

Sempre que se tiver de proceder á eleição de algum membro do conselho, é lícito a este apresentar candidato de sua preferencia, e quando tenha logar esta apresentação no primeiro escrutínio da eleição se não contarão votos dados a outros individuos.

No caso de não obter o apresentado maioria absoluta de votos, correrá segundo escrutínio no qual procederão os votantes em inteira liberdade.

Art. 29. Nenhum membro do conselho poderá deixar de exercer as funções do seu cargo por mais de seis mezes, e dado este caso se entenderá que o tem resignado, excepto si, mesmo ausente, representar, ou prestar serviços ao Banco.

Nos impedimentos temporarios dos membros do conselho, por mais de 60 dias, poderá o impedido ser substituido, até que compareça, por accionista nomeado pelo conselho, o qual terá a necessaria qualificação.

Art. 30. Nenhum membro do conselho entrará no exercicio deste cargo, sem depositar 100 acções, das quaes não poderá dispôr enquanto não forem julgadas as contas do ultimo semestre em que tiver exercido o dito cargo.

Art. 31. Compete ao conselho :

§ 1.º Eleger o presidente e vice-presidente do Banco, bem como o secretario do conselho, para redigir as actas das sessões que fizer.

§ 2.º Determinar a taxa dos descontos, a dos empréstimos e a do premio do dinheiro que receber a juros por letras ou contas correntes.

§ 3.º Estabelecer as condições e regras com que devem ser recebidos, conservados ou retirados os depósitos.

§ 4.º Fixar o maximo da importancia dos empréstimos, da subscripção, compra e venda de apolices da divida publica, de acções de companhias, das notas promissórias ; o limite das operações a prazo maior de quatro mezes e o dos relativos a titulos em que haja uma só firma residente nesta cidade do Rio de Janeiro, bem como a importancia dos fundos que se moverem para as praças estrangeiras e do Imperio.

§ 5.º Relacionar as firmas com que o Banco poderá negociar, fixando o maximo da quantia que poderá ser confiada a cada um.

§ 6.º Nomear e demittir os directores, administradores, gerentes das caixas filiaes, agencias e correspondentes do Banco no Brazil e no estrangeiro, fixando-lhes seus ordenados e gratificações, ou quaesquer vencimentos.

Aos directores, administradores, gerentes das caixas filiaes e agencias, e correspondentes do Banco, o conselho director designará as attribuições e deveres.

§ 7.º Propôr à assembléa geral o que julgar necessario ou conveniente aos interesses do Banco em objecto de sua competencia.

§ 8.º Organisar o regulamento interno de accordo com os estatutos, executal-o provisoriamente enquanto não for approvado pela assembléa geral.

§ 9.º Approvar o relatório das operações e estado do Banco e o balanço que devem ser apresentados annualmente à assembléa geral, os quaes serão impressos e franqueados aos accionistas, tres dias antes, pelo menos, do fixado para a reunião da mesma assembléa.

§ 10. O conselho director poderá nomear commissões fiscaes ou de syndicancia, nos logares em que funcionem as caixas filiaes ou agencias, preferindo accionistas.

Art. 32. O conselho terá duas sessões por mez, pelo menos, e será válido quanto deliberar, quando resolvido por dous votos concordés.

Art. 33. Haverá no Banco uma commissão fiscal composta de tres membros e de tres supplentes eleitos pela assembléa geral na sessão ordinaria annual, dentre os accionistas que possuirem 50 ou mais acções, segundo o disposto no art. 24.

Art. 34. Dando-se vaga em algum dos logares de fiscaes, será chamado o supplente pela ordem da votação, e no caso de empate o que tiver maior numero de acções.

Art. 35. Todos os annos, de 2 a 10 de julho, serão entregues à commissão fiscal copias exactas do balanço e de quaesquer contas que tenham de ser apresentadas à assembléa geral, para que a mesma commissão as examine e em seu relatório dê sobre tudo parecer, que concluirá propondo à assembléa geral a approvação ou não das contas annuaes.

O parecer da commissão fiscal será entregue ao presidente do Banco afim de que possa ser impresso e annexo ao relatório do conselho.

Art. 36. Para os necessários exames serão franqueados á commissão fiscal todos os livros da escripturação geral do Banco, e os respectivos empregados darão á mesma commissão todos os esclarecimentos que ella exigir e delles dependerem.

Si no processo do exame da mesma commissão julgar necessário ouvir o conselho a respeito de qualquer objecto, solicitará a este opportuna conferencia para tal fim, na qual todas as explicações e esclarecimentos lhe serão dados, de modo a habilita-la a redigir o seu parecer com toda clareza e precisão.

A commissão fiscal poderá ser ouvida pelo conselho a respeito de qualquer objecto, sempre que este julgue conveniente consultal-a, principalmente em emergencias extraordinarias.

Art. 37. Haverá sempre nos dias uteis de serviço no Banco uma commissão interna composta de dous membros do conselho, ou de um só e do gerente (dada a existencia deste) ou do empregado que faça as suas vezes para o expediente diario dos negocios do mesmo Banco, que serão resolvidos de conformidade com as deliberações do conselho, sendo preciso o accordo de ambos para que seja válido o que deliberarem.

No caso de não concordarem decidirá o presidente do Banco, e na ausencia deste, si o objecto for urgente, qualquer outro membro do conselho que possa ser consultado, de modo que haja sempre dous votos concordes em qualquer deliberação tomada pela dita commissão.

Art. 38. Compete ao presidente do Banco :

§ 1.º Apresentar á assembléa geral dos accionistas, em suas reuniões ordinarias e em nome do conselho, o relatório annual das operações e estado do Banco.

§ 2.º Presidir ao conselho e á assembléa geral dos accionistas, ser órgão delles, regular seus trabalhos, executar e fazer executar fielmente estes estatutos, o regulamento interno, as deliberações do conselho e da assembléa geral.

§ 3.º Convocar extraordinariamente o conselho, sempre que julgar conveniente ouvi-lo sobre quaesquer assumptos concernentes á administração do Banco.

§ 4.º Assignar os balancotes que se publicarem e toda a correspondencia do Banco.

§ 5.º Representar o Banco em suas relações com terceiros ou em juizo, sendo-lhe facultado para isso constituir mandatarios.

§ 6.º Dirigir e inspecionar a escripturação geral do Banco e todo o seu expediente; propôr a nomeação e demissão de todos os empregados, podendo suspendel-os si entender esse acto necessário, dando delle parte ao conselho em sua proxima reunião.

Art. 39. O honorario ou retribuição annual de cada membro do conselho director é de 10:000\$ e mais a porcentagem de 1 %/, também a cada director, sobre os dividendos que se distribuirem aos accionistas.

Paragrapho unico. Enquanto, porém, a porcentagem que couber do actual presidente do Banco não attingir a 12:000\$, será esta somma inteirada pelos lucros do Banco durante o tempo em que exercer o cargo de director do Banco.

TITULO III

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 40. Dentro dos prazos fixados nos regulamentos do Governo serão publicados e remettidos á secretaria da Junta Commercial os balancetes das operações do Banco e feitos todos os depositos e publicações de que tratam os arts. 32, 33 e 76 do regulamento n. 8821 de 30 de dezembro de 1882.

Art. 41. Si o conselho entender necessario, para que sejam mais vantajosos seus saques sobre praças estrangeiras, ou outras operações de credito, ter aqui ou na Europa um deposito ou caução de titulos da divida publica interna ou externa do Imperio, ou outros quaesquer titulos de credito, para garantia especial dos seus saques e transações, o poderá fazer, conforme o permittir o capital que se for realizando e sem prejuizo de outras operações.

Art. 42. O conselho procurará sempre ultimar por meio de arbitros as contestações que se possam suscitar no meneio dos negocios do Banco.

Art. 43. O conselho director fica autorisado para requerer aos poderes do Estado, no Imperio do Brazil e no estrangeiro, quaesquer medidas que julgar convenientes para a execução destes estatutos, e para credito e segurança do estabelecimento em todas as operações que effectuar, e particularmente para que as acções ou fundos existentes no Banco, pertencentes a estrangeiros, sejam, mesmo no caso de guerra, inviolaveis como os dos nacionaes.

Art. 44. Os bens moveis, semoventes, ou de raiz, que o Banco houver de seus devedores por meios conciliatorios ou judiciaes serão vendidos no menor prazo possivel.

Art. 45. O Banco poderá possuir edificios proprios para seu estabelecimento.

Art. 46. A liquidação do Banco, antes ou depois do prazo de sua existencia, se fará de conformidade com o que resolver a assembléa geral de seus accionistas sob proposta do conselho.

Art. 47. O conselho director fica no Imperio do Brazil ou fóra d'elle, autorisado para demandar e ser demandado e para exercer livre e geral administração com plenos poderes nós quaes devem, sem reserva alguma, considerar-se comprehendidos e outorgados todos, mesmo os poderes em causa propria.

Art. 48. Os membros do conselho director e gerentes, os directores, administradores ou gerentes das caixas filiaes e os agentes ou correspondentes, são responsaveis pelos abusos que

praticarem no exercício de suas funções. bem como todos os empregados do Banco.

Art. 49. Todo o accionista que ausentar-se pôde depositar no Banco as acções de que for proprietario para o fim de lhe serem remettidos para onde determinar os dividendos respectivos, livres de commissão; sendo-lhe permittido recebê-los onde o Banco tiver caixas filiaes.

Art. 50. Enquanto não forem emittidos os titulos permanentes das acções, se dará aos accionistas cautelas provisórias que as representem, comprehendendo, porém, cada uma, todas as acções distribuidas a cada accionista.

Art. 51. Desde que estes estatutos forem approvados pela assembleia geral dos accionistas, deverá a directoria do Banco archival-os na Junta Commercial, fazendo as publicações de que trata o art. 3º, § 5º, da lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 52. As 30.000 acções da ultima emissão, com a entrada realzada de 120\$ cada uma, serão convertidas em 20.000, na proporção do numero que cada accionista possuir.

Os accionistas possuidores destas 20.000 acções realizarão o pagamento de 20\$ sobre cada acção que lhes couber, recebendo o titulo definitivo de 200\$, com as entradas todas realzadas.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1888. — Os membros do conselho director — *Conde de S. Salvador de Mattosinhos*, presidente. — *Barão do Flamengo*, vice-presidente. — *João Mucio da Silva Franco*, secretario.

ESTATUTOS DO BANCO COMMERCIAL DO RIO DE JANEIRO

Alterações offerecidas pelo conselho director em assembleia geral de 9 de outubro de 1889

Primeira pagina. Onde diz — decreto n. 8874, diga-se: « decreto n. 8374. »

Art. 1.º Depois das palavras — de predios urbanos sitos na cidade do Rio de Janeiro — acrescente-se: « e sob penhor agricola. »

Art. 2.º Fica assim redigido: O fundo social do Banco é de vinte mil contos de réis em 100 mil acções de 200\$000 com todo o capital já emittido, achando-se doze mil contos realzados e o restante em via de realzação. Metade dest' fundo poderá ser convertida em moedas de ouro nacionaes, inglezas (soberanos e meios ditos), francezas de 10 e 20 francos, e tambem em moedas de ouro de outros paizes, e barras de ouro quando a lei o permittir.

Logo que o Banco tenha convertido dous mil contos e os tenha depositado nos seus cofres, poderá, precedendo autorização do Governo Imperial, começar a emissão de bilhetes, ao portador e à vista, dos valores marcados na lei até à somma correspondente ao triplo, e progressivamente poderá converter outras sommas para emitir até 30 mil contos de réis quando o conselho director entender conveniente.

§ 1.^o do art. 3.^o Deve começar assim: E' facultado aos accionistas a conversão, etc., retirando-se as palavras—por endosso ou.

§ 2.^o do mesmo artigo. Em lugar de dez dias, diga-se: dous mezes.

§ 2.^o do art. 9.^o Acrescente-se: podendo contractar com os Governo geral e provinciaes e municipalidades, mediante commissão, quaesquer operações de credito ou serviços quer no Imperio, quer nas praças estrangeiras, por intermedio de seus agentes.

§ 4.^o do mesmo artigo. Acrescente-se: No caso de corrida dos depositantes em conta corrente de retiradas livres, será facultado ao Banco pagar por meio de letras que vençam o mesmo juro em seis series de 15 em 15 dias contados da data da exigencia, de modo que ao cabo de 90 dias fique restabelecido o pagamento à vista.

§ 12 do mesmo artigo. Seja supprimido todo.

Art. 12. Acrescente-se: No valor real de cada objecto que for admittido como penhor, se fará um abatimento razoavel que garanta o Banco de prejuizos provenientes da baixa desse valor no mercado.

Art. 14. Será assim redigido: O Banco fica autorizado para, de accordo com o disposto no art. 4.^o da letra—II— do decreto n. 10.262 de 6 de julho de 1889, fazer contractos de penhor agricola por prazo de uma tres annos e ainda por escripto particular assignado pelo devedor e duas testemunhas com as firmas reconhecidas e devidamente registrado, podendo destinar a este genero de operações até ao maximo de 10 % do capital realzado.

Art. 15. Em lugar de —quatro mezes, diga-se: dous mezes.

Art. 16. Em vez de—capital realzado, diga-se: capital social.

Art. 20. Depois das palavras—suas mulheres, acrescente-se: os inventariantes pelo acervo *pro indiviso*—e o mais como está.

Art. 28. Depois da palavra—reunião, diga-se: ordinaria.

Art. 32. Em vez da palavra—quando (escripta em primeiro logar), diga-se: quanto.

Art. 39. Supprima-se o paragrapho unico deste artigo.

Art. 51. Este artigo passa a ser redigido assim:— Os dividendos deste Banco que não forem reclamados no prazo de cinco annos, prescrevem em favor do fundo de reserva.

Art. 52. Será assim redigido:

Desde que estes estatutos forem approvados pela assemblea geral dos accionistas, deverá a directoria do Banco requerer ao

Governo a sua approvação e archival-os na Junta Commercial, fazendo as publicações de que trata o art. 3º, § 5º, da lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882.

Disposição transitoria

Art. 53. O conselho director fica autorizado com poderes geraes e illimitados para requerer ao Governo Imperial a emissão de notas ao portador e á vista, ficando igualmente autorizado a aceitar quaesquer alterações que o mesmo Governo tenha de fazer em cumprimento da lei e seu regulamento.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1889.— *Barão do Flamengo*, presidente.— *João Mancio da Silva Franco*, vice-presidente.— *A. P. de Andrade*, secretario.

